

**ATA DA 45ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 8 e 9/04/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Hugo Suarez (hugo.suarez@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: (ausência)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: (ausência justificada)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: (ausência)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)  
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@recursoshidricos.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninin@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Ana Gita de Oliveira – Min. Cultura (anagita@minc.gov.br)  
Anízia Maria de B. Costa – SERHID/RN (aniziacosta@rn.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)  
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)  
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@net.em.com.br)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roalmonste@uol.com.br)  
Rodrigo Flecha F. Alves – ANA (rodrigofc@ana.gov.br)  
Valter Otaviano Jr. – MMA/AGU

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 8/04/2003

**Início:** 9:40 h

**Término:** 17:25 h

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de abril de 2003, o Dr. Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, iniciou o primeiro dia de trabalho da 45ª Reunião. Deu boas vindas a todos e solicitou a apresentação dos participantes. Em seguida, passou ao item 2 da pauta (**Anexo I**): aprovação da minuta de ata da 44ª reunião; a ata foi aprovada com modificações. Dessa forma, passou-se ao próximo item: discussão sobre o tema "Competências normativas do CNRH e da ANA". O Dr. Ademar disse que a Procuradoria Geral da ANA e a Consultoria Jurídica do MMA eram regidos por leis específicas; ponderou ser perda de tempo tentar levar este debate adiante agora, enquanto os órgãos jurídicos da ANA e do MMA não se manifestarem conclusivamente a respeito. Opinou que o objetivo deveria ser sempre se pretender a melhor interpretação da norma, buscando a intenção do legislador; sugeriu que nesta reunião fossem pontuadas as questões motivo de dúvidas relacionadas às competências normativas em debate. O Dr. Julio Thadeu disse que a CT pretendia se antecipar aos problemas advindos da edição de documentos normativos com extrapolação de competências e a discussão de questões pontuais proposta seria uma forma de tratar conflitos já existentes. O Dr. Otaviano opinou que o termo ajuste seria mais bem empregado do que o termo discussão, no caso desse item da pauta. A Dra. Ninon disse compreender a preocupação do Dr. Ademar, mas ressaltou a importância do caráter profilático pretendido, como forma inclusive de minimizar questionamentos futuros; propôs que ficasse mantida a intenção original de debates não pontuais e que o debate e a manifestação, tanto do Procurador Geral da ANA como do representante da CONJUR/MMA, durante a reunião de modo algum representaria a renúncia

dos órgãos jurídicos à sua manifestação quando necessária ou oportuna, nos termos da legislação da AGU. O Dr. Ademar concordou com as colocações, mas salientou que deveria ser dada a oportunidade de maior reflexão aos órgãos nos questionamentos de caráter institucional. A Dra. Maria Luiza disse que o momento também seria oportuno para melhores entendimentos sobre a figura de agência que a ANA assume, diferente das demais que são reguladoras; destacou que, independentemente de se chegar a conclusões, os debates seriam preciosos. O Dr. Wilson opinou ser válida a realização de estudo comparativo entre as atribuições e funções das agências reguladoras e o modelo da ANA. Após debates, a Dra. Maria Luiza se comprometeu a fazê-lo, mas solicitou um prazo mais amplo, para a reunião de junho da CT. Nesse momento, o Dr. Hugo pediu a palavra para solicitar a introdução de um novo assunto de pauta: análise do pleito encaminhado pela FUNAI à sua pessoa, como conselheiro titular representante do Ministério da Justiça no CNRH, relativo à redução de vazão ocorrida no Rio Branco, Estado de Rondônia, verificada pelas comunidades indígenas habitantes da região (**Anexo II**). A Dra. Ninon também solicitou a inclusão de novo assunto de pauta relativo ao encaminhamento de documento (**Anexo III**) relacionado aos acidentes recém ocorridos no rio Pomba, bacia do rio Paraíba do Sul. Ficou acertado convite ao representante da FUNAI para exposição do assunto no dia seguinte da reunião, nove de abril, às 14:30 horas; o tema trazido pela Dra. Ninon seria tratado em seguida. Foi dado prosseguimento à reunião, com os debates relacionados às competências normativas do CNRH e da ANA. O Dr. Ademar propôs que se reiniciasse por um estudo preliminar sobre as resoluções da ANA destacadas, as de nº 130, de 5 de dezembro de 2001, e 82, de 24 de abril de 2002. Foi destacado que a definição de linhas de pensamento assim como a oportunidade das discussões não deveriam ser perdidos, em que pesasse que os assuntos certamente não seriam esgotados; foi ressaltado também que as discussões na CTIL não eram apenas de caráter jurídico, mas também técnico e operacional. Dito isso, ficou acertado o início dos debates da forma proposta inicialmente. A Dra. Sonáli levantou questionamento sobre as diferenças entre caráter normativo e caráter regulatório, referindo-se às ressalvas explicitadas no art. 4, inciso II, da Lei nº 9.984, de 2000, e art. 2, incisos II e XV do Decreto nº 3.962, de 2000, quanto ao caráter do exercício das competências ali estabelecidas, no caso normativo. Acrescentou também questionamento sobre o fato de a Lei nº 9.984, de 2000, que criou a ANA, não fazer menção à respeito da ação reguladora da mesma e o Decreto nº 3.962, de 2000, explicitar, em seu Capítulo VII, como a ANA exercerá a referida ação. A Dra. Ninon observou ser inegável a atribuição da ANA de editar normas de caráter técnico; disse que o caráter regulatório seria mais abrangente. O Dr. Otaviano citou o inciso II e o caput do art. 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, que diz que "a atuação da ANA obedecerá aos fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos..."; logo, concluiu, qualquer disciplinamento não poderá extrapolar o estabelecido; ressaltou que o caráter normativo da ANA é advindo da sua especialização. Exemplificando com as resoluções da ANA destacadas, a Dra. Maria Luiza disse que o art. 1º da Resolução nº 130, de 2001, estaria claramente invadindo as competências estabelecidas pelo § 4º, art. 21, da Lei nº 9.433, de 1997. O Dr. Roberto disse que no sistema do meio ambiente outros órgãos, como o IBAMA, também têm sua competência normativa; observou que a questão de agência reguladora é que não estaria suficientemente clara, uma vez que a ANA não tem a característica de negociadora entre um bem e seu usuário final. O Dr. Ademar ponderou que as agências reguladoras surgiram em função da dinâmica política da Nação, necessária por uma evolução de conceitos de fenômenos sociais; disse que, com relação à ANA, seu caráter normativo e regulatório estavam previstos em Decreto. A Dra. Maria Luiza salientou que as agências reguladoras surgiram no âmbito do programa de privatização e que não ocorreu nem ocorrerá a privatização do bem água. Com relação às competências jurídicas dos dois órgãos, o Dr. Otaviano apresentou e teceu comentários sobre quadro comparativo por ele elaborado; destacou que a ANA é um órgão da administração indireta, e o CNRH, da direta; concluiu se colocando favoravelmente ao fomento da harmonia entre os dois órgãos. O Dr. Roberto ressaltou que as resoluções do CNRH eram de âmbito nacional, ou seja, normas de ordem geral. Nesse sentido, o Dr. Ademar destacou a importância de se conhecer os limites entre as normas gerais e as específicas. A Dra. Hadijamine relatou que dúvidas de prevalência de normas ocorreram com relação à Resolução nº 131, da ANA. A Dra. Sonáli disse que a sua dúvida inicial ainda não estava esclarecida e desta feita ponderou a respeito das diferenças entre as modalidades de outorga por concessão, autorização e permissão, colocando que à ANA foi estabelecido como competência a outorga através apenas de autorização. O Dr. Ademar disse que o art. 15, da Lei nº 9.433, de 1997, explicaria a questão da outorga como título precário, possuindo a mesma natureza da autorização. O Dr.

Otaviano destacou que a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH é uma atribuição de todo o sistema nacional, não apenas da ANA. O Dr. Ademar sugeriu que fosse dado um tempo aos dois órgãos jurídicos para amadurecimento dos pontos discutidos e identificação de pontos convergentes e divergentes, na busca da melhor interpretação; propôs o retorno do assunto na reunião de junho da CTIL. A Dra. Cristina Yuan disse que o tema já fora anteriormente elencado como importante e vinha sendo motivo de adiamentos; lembrou que os membros da CT se deslocam para reuniões mensais, com dois dias de duração, com o objetivo de verem cumpridos os temas de pauta, e que, conforme proposto, esse tema estaria sofrendo novo adiamento. A Dra. Sonáli e a Dra. Ninon apoiaram. O Dr. Ademar disse entender que as discussões teriam ocorrido, que houve contribuições importantes e o tempo solicitado diria respeito à reflexão. Após debates, ficou acertado retorno do tema para a reunião de junho, quando deverão ser trazidos posicionamentos da PGE/ANA e da CONJUR. Com relação ao estudo comparativo entre as características e atribuições da ANA e as agências reguladoras, proposto pela Dra. Maria Luiza, a Secretaria Executiva faria contato com a mesma na tentativa de agendamento de apresentação de documento inicial para a reunião de maio. A Dra. Sonáli falou sobre a importância de que o foco das discussões permanecesse nos temas já levantados pela CT; houve concordância de todos e foram acrescidas para discussão as resoluções nº 131, da ANA, e nº 16, do CNRH. O Dr. Roberto questionou ao Dr. Ademar qual seria o ponto de conflito na Resolução nº 16, do CNRH. O Dr. Ademar disse ter identificado ingerência na definição da forma de publicação dos atos de outorga, cujo detalhamento deveria ficar a cargo do órgão outorgante; disse ter realizado estudo sobre o tema e se comprometeu a trazê-lo na próxima reunião. Nesse momento, em função do horário exíguo para inserção de um novo tema, foi solicitado à Dra. Ninon que proferisse apresentação sobre o documento referente aos acidentes recém ocorridos no rio Pomba. A Dra. Ninon fez a leitura do documento (**Anexo III**). Em seguida, comentou que a proposição era incorporar a cultura da segurança relacionada a recursos hídricos e que as ações atuais fossem mais transparentes para a sociedade. Foi solicitado envio do documento, por e-mail, aos membros e participantes da CTIL. O Dr. Roberto destacou que a maioria das propostas apresentadas no documento teriam mais relacionamento com o sistema de meio ambiente. O Dr. Maurício Brandão opinou que a proposta indicava a necessidade de interação entre CNRH e CONAMA. O Dr. Luiz Cláudio relatou que essa preocupação já estava em pauta na Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, que encaminhara ofício solicitando ao Secretário Executivo, Dr. João Bosco, a adoção de providências com vistas à uma maior integração de atividades do CNRH e do CONAMA; disse ainda que, nesse sentido, já estava agendada reunião entre as Secretarias Executivas para a próxima semana. Ressaltou que os resultados seriam divulgados para esta CT, assim como para a CTPOAR e demais CTs do CNRH. Ficou decidido que o encaminhamento do documento trazido pela Dra. Ninon será decidido ao final do dia seguinte de reunião. Às 12:10 horas, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14:35 horas, com a abordagem do próximo item de pauta: discussão sobre a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias. O Dr. Wilson fez histórico sobre o assunto e salientou que o mesmo estava retornando para debate em função de ter sido ponto balizador da análise da proposta de criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, inserido na área do CBH do rio São Francisco; opinou que o relacionamento entre comitês nessa situação seria eminentemente político. O Dr. Roberto opinou que comitês deveriam procurar adotar decisões harmônicas; em seguida, fez a leitura de texto elaborado por ele e pelo Dr. Wilson contendo reflexões sobre o tema (**Anexo IV**). O Dr. Julio Thadeu lembrou que fora criado GT para elaborar documento sobre o assunto, para início das discussões. Disse que o documento distribuído trazia a versão atual dos artigos pertinentes contidos na Resolução nº 5, do CNRH, e a forma da versão 9A, da proposta de modificação da mesma resolução (**Anexo V**). Propôs que se estudasse a possibilidade da elaboração de resolução específica sobre a questão e que não se aguardasse a revisão da Resolução nº 5 como um todo. Ressaltou que as relações de competência seriam complexas, mesmo entre comitês de cursos de água de mesmo domínio; destacou ser imperativo se tentar definir minimamente essas relações através do Conselho; concluiu indicando a importância do consenso, na CT, para o estabelecimento dessas competências. A Dra. Sonáli disse que os arts. 37 e 38, da Lei nº 9.433, de 1997, deixavam clara essa forma de relacionamento. O Dr. Rodrigo disse que o ideal seria a existência de um mapa geográfico de gestão que definisse estratégias para a implementação do sistema; observou que decisões tomadas por comitês deveriam ser harmonizadas e comentou que o CNRH deveria também se preocupar com os comitês criados

e não implementados, tampouco operacionalizados. O Dr. Carlos Alencastre ressaltou que a criação de comitês deveria sempre obedecer a uma demanda regional; opinou que o estabelecimento de competências também deveria constar dos respectivos planos de bacia, uma vez que estariam contidos um dentro do outro. O Dr. Julio Thadeu destacou que a criação de comitês precisava estar inserida dentro de um planejamento maior e que apenas o preenchimento dos requisitos da Resolução CNRH nº 5 não seria suficiente. O Dr. Rodrigo salientou a importância do tratamento isonômico dentro da bacia na aplicação de todos os instrumentos; observou que a lei propiciava essa possibilidade. A Dra. Maria Luiza destacou que a competência de criação de comitês era dos conselhos, os quais, desta forma, deveriam ter um planejamento que desse as diretrizes a serem seguidas. O Dr. Ademar citou o texto apresentado como proposta no PL nº 1.616: numa mesma bacia, decisões tomadas por comitês não poderão conflitar com decisões de comitês de bacias, para rios de domínio da União. O Dr. Maurício Brandão, aproveitando a citação, propôs que a CT examinasse a última versão do referido PL, como forma inclusive de substanciar as discussões. A Dra. Cristina Yuan disse que, para esses casos, o PL nº 1.616 estaria inserindo uma relação de total subordinação, com a qual não concordava, pois isto desestimularia a criação de comitês em sub-bacias. Por outro lado disse entender não ser possível que os comitês em sub-bacias atuem de forma totalmente independente em relação ao comitê da bacia (calha principal) pois isto inviabilizaria a gestão de recursos hídricos; disse que a gestão é complexa por envolver interesses econômicos, políticos e sociais. O Dr. Cabral se mostrou a favor da regulamentação pelo CNRH das competências de relacionamento entre comitês. O Dr. Otaviano citou o inciso II, art. 3º, da Lei nº 9.433, de 1997, que prevê como diretriz geral de ação para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos “a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País”. Foi também destacada a necessidade de estabelecimento de instâncias para a resolução de conflitos assim como a importância de se tentar superar a questão das diferentes dominialidades. O Dr. Julio Thadeu solicitou então a identificação dos consensos sobre o tema ocorridos durante os debates. Foram destacados: necessidade de regulamentação de competências entre comitês de bacias e comitês em suas sub-bacias; o CNRH pode publicar uma resolução estabelecendo diretrizes gerais sobre o tema; para as questões de relacionamento entre comitês de rios de diferentes domínios, deve-se sempre buscar o consenso. O Dr. Otaviano lembrou que o caminho normativo estaria vindo com o PL 1.616 e, também, que resoluções do Conselho não poderiam tocar na autonomia dos estados. A Dra. Ninon concordou e disse que o Conselho poderia estabelecer diretrizes para a questão, enquanto não ocorresse o advento da legislação ordinária. O Dr. Julio Thadeu sugeriu que todos analisassem os artigos encaminhados e que fosse feita uma tentativa de elaboração de proposta de resolução sobre a relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias. Com a concordância dos presentes, ficou acertado que sugestões deverão ser encaminhadas por e-mail à Secretaria Executiva até o dia 22 de abril próximo, e o assunto deveria retornar na próxima reunião da CTIL. O Dr. Maurício Brandão solicitou definições sobre sua proposta anterior de rediscussão na CTIL do PL nº 1.616, em sua versão atual. Ficou acertado que a Secretaria Executiva providenciaria o encaminhamento, por e-mail, do documento e dado prazo para recebimento de sugestões também até o dia 22 de abril. A reunião seguiu então para o próximo item da pauta: relatos sobre o andamento das atividades previstas durante a 43ª reunião da CT. Passou-se à leitura, item por item, do documento que lista as referidas atividades, anteriormente distribuído a todos (**Anexo VI**). Ficou acertado o seguinte com relação a cada item: item 1 – os questionários seriam motivo de novos debates; a Dra. Ninon e a Dra. Sonáli solicitaram o recebimento do documento em discussão; item 2 – (o assunto está em discussão); item 3 – o resultado da reunião agendada com a Secretaria Executiva do CONAMA deveria ser trazida à CT; item 4 – para continuidade da discussão do assunto, foi sugerida a verificação do estado da arte da implementação do gerenciamento de recursos hídricos nos estados; foi acertado que a Secretaria Executiva providenciaria documento produzido pela SRH/MMA sobre o assunto e que, baseado no mesmo, deveriam ser levantados aproximadamente seis temas e/ou perguntas relativos à efetividade da implementação em questão; a responsabilidade para tanto foi dada ao Dr. Wilson, Dr. Roberto e Dr. Cabral, com prazo para apresentação na próxima reunião da CT; a Dra. Sonáli lembrou que a realização da reunião proposta nesse item teria o objetivo de tentar determinar em cada estado, o que falta, o que se deseja, e o que poderia ser feito com relação à implementação da gestão de recursos hídricos; foi sugerido que a reunião fosse realizada em conjunto com o Fórum dos Secretários Estaduais de Recursos Hídricos; item 5 – já atendido anteriormente; item 6 – o

prazo dos trabalhos já estava previsto para maio; item 7 – já atendido anteriormente; item 8 – deveria ser dado conhecimento ao Dr. João Bosco e à Ministra Marina Silva sobre as ações realizadas pela Casa Civil, no governo anterior, em momento anterior a cada reunião do CONAMA; os itens 9, 10, 12, 14 e 15 são relativos a apresentações, e ficou assim definido o ordenamento dos convites para as mesmas: Ministério das Cidades, Dr. Gilberto Canáli, Dr. Décio Michellis, Dr. Jorge Thierry e Gerenciamento Costeiro; item 11 – (o assunto estava em discussão); item 13 – o Dr. Hugo apresentou texto para início das discussões (**Anexo VII**); ficou determinado que o documento será encaminhado por e-mail, para recebimento de contribuições até o dia 22 de abril próximo, retornando à pauta na próxima reunião. Em Assuntos Gerais, o Dr. Maurício Andrés falou sobre a realização conjunta pela ANA, SRH/MMA e CTHidro, da segunda versão do curso de gestão de qualidade das águas, em cidade a ser definida no Nordeste. Solicitou que o convite para participação fosse encaminhado a todos os conselheiros do CNRH; ficou acertado que o envio se daria por e-mail e seria providenciado pela Secretaria Executiva, no momento oportuno. O Dr. Julio Thadeu sugeriu que fosse estudada a possibilidade de realização de reunião com convite para presença dos conselheiros, em dia anterior à realização de reunião do CNRH, contendo apresentações sobre o Conselho, seu funcionamento, Regimento Interno, Câmaras Técnicas, dentre outros. A Dra. Ninon solicitou empenho da Secretaria Executiva no sentido do incentivo à participação da Secretaria de Políticas das Mulheres nas reuniões e atividades do CNRH. Cumpridos os temas da pauta do dia, às 17:25 horas, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e encerrou os trabalhos.

**DATA:** 9/04/2003

**Início:** 9:45 h

**Término:** 17:10 h

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de abril de 2003, o Dr. Julio Thadeu abriu o segundo dia de trabalho da 45ª reunião da CTIL. Como primeiro item de pauta previsto foi dada continuidade à revisão do Regimento Interno do CNRH. A versão em discussão foi a de nº 9A, de 13 de novembro de 2002 (**Anexo VIII**); partiu-se do início da mesma. Ficou acertado que, neste primeiro momento, em atenção à publicação do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, (**Anexo IX**), seriam discutidas as adequações do Regimento à legislação vigente; aperfeiçoamentos seriam motivo de nova rodada de discussões. Foi motivo de debate a proposição de, no inciso I, § 4º, art. 2º, do Decreto nº 4.613, de 2003, se retirar do início o termo “pelos comitês” e se manter “indicado pelos comitês”, na segunda linha. A proposta não foi aceita e ficou decidido que o assunto deveria ser debatido em conjunto com outras questões relativas ao aperfeiçoamento do Regimento; foi solicitado que todos estudassem sugestões de como encaminhar a questão. Durante as discussões ficou evidenciada a necessidade de se proceder a revisão da Resolução CNRH nº 14; foi solicitado registro em ata. A pausa para almoço ocorreu às 12:30 horas e o retorno, às 14:45 horas. Conforme acertado no dia anterior, foi concedida a palavra ao Dr. Hugo para comentários e introdução ao tema, encaminhado pela FUNAI ao Ministério da Justiça - MJ. O Dr. Hugo fez um breve histórico do assunto e passou a palavra ao Dr. Medina, da FUNAI, para maiores esclarecimentos. O Dr. Medina disse que esta seria mais uma tentativa da FUNAI de encaminhar a questão, qual seja: a população indígena usuária da água do rio Branco, rio de domínio do estado de Rondônia, afluente do rio Guaporé, que é um rio transfronteiriço, vinha reclamando da ocorrência de diminuição da sua vazão e havia apontado a instalação de 4 PCHs, na região de montante da bacia, como causa do problema; relatou visita técnica realizada pela FUNAI na região, em cuja análise preliminar foi constatado que o problema não seria causado apenas pela operação das PCHs. Disse que a FUNAI já teria tentado levar a questão tanto à Secretaria de Meio Ambiente de Rondônia, quanto à ANA e à ANEEL, sem ter obtido sucesso. A Dra. Patrícia propôs fomento à criação de comitê na bacia hidrográfica, mas a proposta foi considerada de longo prazo. Após debates, foi solicitado à Secretaria Executiva, com responsabilidade do Dr. Wilson, a elaboração de minuta de correspondência endereçada à SRH/MMA, à ANA, ao IBAMA e à ANEEL, com solicitação de que esforços sejam feitos junto ao Governo de Rondônia para a realização de avaliação técnica e posterior equacionamento da questão. A correspondência deveria ser acompanhada de encaminhamento ao Secretário Executivo do CNRH, com solicitação, após concordância, de envio aos órgãos supracitados. A Dra. Sonáli questionou o Dr. Medina sobre a existência de registro da vistoria feita pela FUNAI na região. O Dr. Medina respondeu afirmativamente. O Dr. Ademar ponderou que a área era de ocupação indígena, portanto, de responsabilidade da União; com isso, sugeriu ao Dr. Hugo o encaminhamento de correspondência do MJ solicitando ações do MMA. A Dra. Patrícia sugeriu aproveitar a oportunidade para enfatizar o cumprimento das recomendações contidas na Moção nº 16, do

CNRH, que solicita aos governadores dos estados esforços na implementação dos respectivos sistemas estaduais de gerenciamento de recursos hídricos. O Dr. Medina disse que o assunto já teria sido encaminhado pela FUNAI também ao MMA. Foi solicitada a distribuição por e-mail aos membros da CTIL do documento enviado pela FUNAI ao MJ. O Dr. Medina questionou o tempo necessário para que ações fossem tomadas. O Dr. Julio Thadeu ponderou que a correspondência da CT seria encaminhada em aproximadamente dez dias e, após, deveriam ocorrer as articulações entre os órgãos para visita técnica ao local. Foi solicitado ao Dr. Medina o encaminhamento formal do assunto ao Secretário Executivo do CNRH e lembrado que a Secretaria Executiva deveria dar conhecimento à FUNAI sobre as providências tomadas. O Dr. Ademar opinou que o encaminhamento de aviso interministerial do MJ ao MMA seria uma linha mais direta e rápida de ação. O Dr. Julio Thadeu se comprometeu a promover o monitoramento do referido aviso. Em seguida, agradeceu a presença do Dr. Medina e solicitou retorno ao trabalho de revisão do Regimento Interno. Foi solicitado registro que as alterações promovidas no art. 5º teriam sido feitas em função da superveniência do Decreto nº 4.613, de 2003. O final dos trabalhos resultou na versão 10 da proposta de modificação do Regimento (**Anexo X**); ficou acertado o envio da nova versão aos membros da CT, com solicitação de encaminhamento de sugestões, a partir do art. 12. A data da próxima reunião foi confirmada para os dias 6 e 7 de maio próximos; a pauta deveria contemplar a retomada da discussão da relação institucional entre comitês de bacia e comitês de suas sub-bacias, além de segundo dia exclusivo para a revisão do Regimento Interno. Com relação ao documento trazido pela Dra. Ninon, motivado pelos recentes desastres ocorridos na região do rio Pomba, ficou decidido que o mesmo seria encaminhado para CT competente do CNRH, e que será dada ciência à mesma. Nesse momento, às 17:10 horas, cumprida a pauta prevista para o dia, o Dr. Julio Thadeu mais uma vez agradeceu a presença de todos e encerrou a 45ª reunião da CTIL.

Ata aprovada na 46ª reunião, realizada em 6 e 7 de maio de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores